



AEDOS

Revista do corpo discente
do PPG-História da UFRGS

Entre textos e imagens: ensino de história uma abordagem generificada dos livros didáticos dos anos noventa e dois mil, do acervo do LEH/UFPEL

Mariana Mirapalheta Insaurriaga¹

Rejane Barreto Jardim

Resumo: O presente artigo analisa o Livro Didático de História como fonte e objeto de estudo. O texto que segue tem como propósito através de uma abordagem generificada discutir as relações de Gênero, no que compreende o manual nos capítulos que abordam o período medieval. Sendo assim, nossa proposta será de perceber como as intrincadas relações de gênero se fazem presentes nos livros didáticos. A partir disso, o propósito será de analisá-las através dos textos e das imagens contidas nos manuais. O trabalho empírico se debruçou em cinco livros didáticos entre a última década dos anos noventa e a primeira dos anos dois mil. Os exemplares foram escolhidos através dos critérios de: editoras de maior expressão no mercado do livro didático (bloco das dez primeiras) segundo o P Nacional do Livro Didático (PNLD) e ano de publicação.

Palavras-Chave: Livro didático. Ensino de História. Gênero. PNLD.

Abstract: This article analyzes History textbooks as a source and object of study. The subsequent text intends through a gendered approach to discuss gender relations, which includes chapters in manuals that discuss the medieval period. So, our proposal is to understand how the intricate gender relations are present in textbooks. From this, the purpose is to examine them through texts and images contained in the manuals. The empirical work leaned in five textbooks from the last decade of the nineties and the first years of the 2000's. The editions were selected using the criteria of: publishers with the highest expression in the textbook market (the first ten) according to PNLD and year of publication.

Keywords: Textbook. History of Education. Gender. PNLD.

“Como janelas da alma, os olhos possibilitam experiências múltiplas, entretanto, é pela experiência crítica, por não tomar como dado aquilo que nos chega aos olhos, que é possível conquistar um olhar inteligente”. (MAUAD, 2007, p. 113)

Introdução

O Brasil é um dos países que mais investe na compra de livros didáticos para o Ensino Fundamental e Médio. São milhões de exemplares distribuídos gratuitamente para todas as regiões do país. Esses investimentos se expressam em números astronômicos no que se refere à avaliação, aquisição e distribuição do livro didático.

“Em 2010, a Câmara Brasileira do Livro (CBL) e o SNL (Sindicato Nacional dos Editores de Livros) divulgaram o estudo *Produção e Vendas do Setor Editorial Brasileiro*, 2009, encomendado para Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), com representatividade de 78% do mercado editorial do Brasil. O estudo

¹ Universidade Federal de Pelotas. Contato: mari.insaurriaga@gmail.com

indicava que 51% dos livros vendidos no Brasil, em 2009, considerando-se o faturamento, foram didáticos; 15% científicos, técnicos e profissionais; 10% religiosos e 24% obras gerais”. (CASSIANO, 2013, p. 169).

Nesse contexto, o livro didático é um suporte de ensino de extrema importância dentro da sala de aula e entre os estudiosos do tema é unânime o entendimento no que diz respeito a sua assídua presença na vida diária não só de professores, como de educandos. Sendo assim, entender os processos que se fazem presentes desde sua produção até a sua chegada à escola é de relevante importância.

Em muitas escolas do Brasil o livro didático é o único meio que o professor e seus educandos possuem como acesso a um material de suporte diferenciado para realizarem suas pesquisas, pois em muitos lugares nem mesmo o livro didático é uma realidade.

O Brasil por ser um país de dimensões territoriais imensas, de situação econômica e gestão bem distinta de um estado para outro, torna a realidade escolar das populações que frequentam a escola um pouco complexa. No entanto, isso não se reflete somente na infraestrutura dos espaços da escola, mas na alimentação disponibilizada para os educandos, nos efetivos de professores e funcionários, assim como no acesso aos materiais didáticos pela escola e sua permanência na mesma.

Tanto o livro didático, quanto as políticas referentes a este ao longo do tempo foram sofrendo drásticas mudanças. No que tange ao livro didático, a partir dos anos 1960 ele começa a mudar significativamente, não só no que diz respeito a parte física do livro, como no seu foco de atuação.

Segundo Bittencourt (2013), o livro didático está presente no cotidiano escolar de alunos e professores há pelo menos dois séculos. Desde suas primeiras aparições nas escolas, seja como ferramenta pedagógica ou não, vem sofrendo diferentes alterações. Ademais, podemos percebê-las mais expressivamente a partir da década 1960, onde o foco do Livro Didático passa não mais a ser o professor e sim o aluno. Com isso, nesse momento o livro começa a sofrer alterações em questões como, linguagem, ideologia, formatação, papel, cores, imagens e etc.

A partir de 1985 com algumas políticas públicas voltadas para educação como é o caso do PNLD, passa-se a dar acesso aos materiais didáticos com mais abrangência, porém, também, nos é claro que, muitos lugares continuam, ainda, não recebendo estes materiais, seja por distribuição inadequada ou por falta de um senso escolar revisionista:

“A circulação, em se tratando de livro didático no Brasil, é uma operação complexa, exatamente pela materialidade desse objeto: imagina-se, por exemplo, a logística envolvida para que os 160 milhões de exemplares, adquiridos pelo Programa

Nacional de Livro Didático (PNLD), cheguem simultaneamente no início do ano letivo em todos os recantos do território brasileiro”. (MUNAKATA, 2012, p. 184)

O PNLD foi instituído pelo governo federal, oficialmente, por meio do Decreto nº 91 542, de 19 agosto de 1985, objetivando o Ensino Fundamental (CASSIANO, 2013), e, reestruturado em 1993, posteriormente em 2007 ampliou-se do Ensino Fundamental e abarcou os estudantes do Ensino Médio, também, (Guia do Livro Didático, 2015). Percebemos a partir desse momento um aumento no acesso a estes materiais através das escolas de todo país. Foi, em um primeiro momento, uma proposta de disponibilizar livros didáticos gratuitos para todas as instituições escolares dos anos iniciais. Já nos primeiros anos do século XXI este programa se expandiu atingindo os educandos que frequentavam o Ensino Médio e a Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Em 1996 passa-se então a avaliar-se esses livros adquiridos pelas escolas, através de uma junta de profissionais que a partir de um montante de critérios preestabelecidos classificavam estes materiais. Assim, o PNLD faz uma seleção dos livros didáticos mais aptos e que comportem todos os critérios exigidos, gerando um documento denominado “Guia do Livro Didático”, em que estão expressos os critérios avaliativos e os livros mais adequados frente às avaliações e passíveis de escolha dos professores (MUNAKATA, 2012). Assim:

“[...] O mecanismo que leva o Livro Didático até as mãos do estudante na escola compreende várias etapas: lançamento de edital para editoras; avaliação dos livros, a cargo de especialistas recrutados nas escolas e Universidades públicas de todo o Brasil; escolha dos livros pelos professores, mediante o *Guia do Livro Didático*; aquisição dos exemplares e distribuição dos mesmos sob a tutela do FNDE”. (OLIVEIRA; SANTOS; MENEZES; SILVA; JESUS SANTOS, 2007, p. 54)

Vejamos a Figura 1, aonde constam as classificações segundo os critérios do Ministério da Educação (MEC) referentes aos livros do PNLD de 2012. A partir desta lista os professores podem então escolher seus livros. Na figura da próxima página aparecem os títulos e suas classificações. Além dessa tabela do “Guia do Livro Didático”, existe uma resenha para cada livro selecionado pelo programa, para que os professores possam ser auxiliados na hora da escolha do material.

As escolhas dos professores se dão muitas vezes de forma inversa as expectativas do PNLD. Os dados estatísticos do (MEC, 2001), nos mostram que os livros mais escolhidos pelos professores durante a década de 1990 e 2000 foram os livros “não recomendados” ou aqueles “recomendados com ressalvas” (MUNAKATA, [entre 1995 e 2014], p.92).

Frente a isso se coloca toda uma discussão que não aprofundaremos nesse trabalho. Porém, se faz importante mencionar, pois os livros escolhidos pelo presente trabalho foram livros que circularam durante o período abordado dentro das escolas, logo passaram pelas

escolhas dos professores, pelo menos no que diz respeito àqueles que compreendem os anos pós 1996. Frente a esta situação, levantam-se alguns debates referentes a “péssima escolha” entre os professores mesmo tendo em mãos os guias “facilitadores”. Observa-se que esse debate, fruto de algumas pesquisas superficiais, marcadas por posturas extremistas, tendem a sugerir o professorado como o culpado por estas escolhas, consideradas “equivocadas”. No entanto, debate este, como já dito, superficial e sem uma abordagem para além dos dados do PNLD, MEC e INP. É importante ter cuidado quando lidamos somente com dados, e não adentramos nas especificidades que levaram estes professores a fazerem determinadas escolhas.

Figura 1.

Quadro 1 – Avaliação das coleções de História - PNLD 2012

Código	Coleção	Manual Professor	Met. da História	Met. ensino-aprend.	Cidadania	História da África, dos afrodescendentes e dos indígenas	Projeto editorial
25024COL06	A ESCRITA DA HISTÓRIA						
25188COL06	CAMINHOS DO HOMEM						
25047COL06	CONEXÕES COM A HISTÓRIA						
25061COL06	ESTUDOS DE HISTÓRIA						
25094COL06	HISTÓRIA						
25022COL06	HISTÓRIA - DAS CAVERNAS AO TERCEIRO MILÊNIO						
25097COL06	HISTÓRIA EM DEBATE						
25098COL06	HISTÓRIA EM FOCO						
25099COL06	HISTÓRIA EM MOVIMENTO						
25100COL06	HISTÓRIA GERAL E BRASIL						
25101COL06	HISTÓRIA GERAL E DO BRASIL						
25102COL06	HISTÓRIA GLOBAL – BRASIL E GERAL						
25104COL06	HISTÓRIA SEMPRE PRESENTE						
25105COL06	HISTÓRIA TEXTO E CONTEXTO						
25077COL06	HISTÓRIA: CULTURA E SOCIEDADE						
25129COL06	NOVA HISTÓRIA INTEGRADA						
25132COL06	NOVO OLHAR – HISTÓRIA						
25140COL06	POR DENTRO DA HISTÓRIA						
25171COL06	SER PROTAGONISTA						
		Legenda (-) (+)					

Fonte: Guia do Livro Didático: PNLD 2012: História, 2011: 23. Acessado em: 11/10/2014 às 18h: 51min

Diversos são os motivos que podem perpassar esta escolha do professorado brasileiro, uma delas, muito levantada nos debates, seria justamente o que comentei acima, a má formação dos professores do Ensino Básico e Médio. Contudo, entendemos que essa indagação não pode ser totalmente negligenciada, porém também segundo as leituras de Munakata compreendemos que os professores não são os únicos *culpados* como nos parece a partir das colocações mesmo que cautelosas do MEC.

Seria muito cômodo responsabilizar os professores por todos os processos de má formação dos educandos por conta de suas escolhas distintas das idealizadas pelos programas educacionais, e por toda sorte de problemas que a escola e a educação nacional vêm sofrendo nas últimas décadas. De um lado, o tom geral do debate parece encaminhar a reflexão para o fato de os professores serem uma categoria profissional mal remunerada e mal formada, e, que não teria problema algum carregarem mais esse fardo. De outro lado, ao Estado não caberia responsabilidade alguma, pois este cria os “programas perfeitos”, cabendo aos mal formados e mal pagos profissionais da educação, passivamente, apenas aplicarem seus programas “perfeitos”.

Nessa lógica os professores simplesmente devem opinar pelo melhor, se estes estão escolhendo errado frente à indicação do PNLD através do Guia do Livro Didático, as responsabilidades não são mais do Estado e, sim das péssimas escolhas realizadas pelos “péssimos profissionais”. Na contramão dessa abordagem reducionista, a responsabilidade não seria de um possível distanciamento entre as políticas educacionais e a realidade Escolar? Culpar o professorado é muito fácil, quando não sabemos nem mesmo como são efetuadas as avaliações dos critérios que norteiam o livro didático. Esses critérios são muito amplos, – como vimos na imagem 1 – dando uma margem enorme de interpretação segundo a subjetividade de cada avaliador, por isso, torna-se um problema sério reduzirmos essa complexa teia e culpar somente os professores.

Vejamos a citação abaixo no que diz respeito a esse distanciamento:

“Embora essa hipótese [de má formação] não possa ser descartada, o que surpreende é a ausência gritante da possibilidade de equívocos nas avaliações realizadas pelo PNLD. Não é possível que os próprios avaliadores tenham uma formação inadequada? Como o avaliador é avaliado? Como é recrutado? A esse respeito, o *Guia de Livro Didáticos*, em várias edições, é extremamente lacônico”. (MUNAKATA, [entre 1995 e 2014], p. 93)

Dito isso, percebemos a importância de entender o estudo do livro didático como uma fonte complexa, e, além disso, como diz (BITTENCOURT, 2011) é um objeto de muitas “facetas”, logo não podemos analisá-lo sem perceber suas relações com mercado, com as políticas educacionais, como veículo portador de um sistema de valores, além disso, como um suporte pedagógico. Ademais, para além dessas questões também devemos percebê-lo no sentido que envolve diversos sujeitos no seu processo tanto de fabricação, como de consumo (BITTENCOURT, 2013):

A análise da produção do livro didático também traz à tona a diversidade dos sujeitos que dela participam: autores, editores de texto, editores de arte, redatores,

preparadores de texto e revisores, leitores críticos, consultores, pessoal de publicidade e marketing, divulgadores e etc”. (MUNAKATA, 2012, p. 187).

Partindo de todas essas questões iremos fazer uma abordagem dos livros didáticos com um “olhar generificado”. A proposta aqui consiste em realizar um estudo desses materiais no sentido de percebê-los para além de uma fonte, mas entendendo os diversos agentes que interpassam sua criação e distribuição. Partindo deste princípio vamos nos ater as questões intrincadas nas relações de gênero dentro dos manuais. Esse estudo será realizado no que compreende o recorte temporal da Idade Média dentro livro didático, o propósito será de analisar imagem e texto, observando como essas relações de gênero dialogam dentro do mesmo.

Para que nosso estudo seja possível precisamos entender o contexto que ele foi e está sendo forjado, para que possamos ter um melhor entendimento do livro didático tanto como nosso objeto estudo, quanto fonte de pesquisa.

Os estudos e debates sobre o livro didático nos últimos trinta anos vêm se ampliando, os pesquisadores do tema como Choppin e Bittencourt mostram a sua complexidade e múltiplas “facetas”. Dentre as primeiras dificuldades de se estudar os manuais didáticos estão as poucas pesquisas sobre o tema e a sua difícil conceituação.

Partindo dessa problemática, as reflexões de (BATISTA; GALVÃO, 2009) nos apresentam o livro didático como um *objeto* de difícil definição, que deve ser estudado a luz de seu tempo, pois este não tem um conceito pronto, por que passou por diversas mutações ao longo da história. Assim, a partir das leituras destes autores fica claro que, convencionou-se, no século XIX e XX através de uma conceituação feita em 1984 por um grupo de estudiosos fixarem o livro didático em um suporte por excelência. O livro então passa a ser associado a uma forma privilegiada de registro, onde o impresso foi vinculado a áreas bem delimitadas, onde algumas disciplinas faziam parte, e a História constituiu-se uma dessas ciências (p. 13).

Porém, dentro dessa complexidade de conceituar os autores nos mostram que tanto no presente, ou em um futuro próximo esse conceito vem se ampliando. Sendo assim, trazem os diversos suportes que abarcam os materiais didáticos. Para estes dois autores o suporte livro didático se constitui também em:

[...] imagem digital presa a uma tela de computador. Se ainda, da mobilidade do presente movemos os olhos para o passado o “livro didático” é também tabela, translado, folheto, já que materiais destinados ou adequados á instrução; é também – como apontam estudos - um conjunto de manuscritos, como cartas pessoais e documentos de cartório, [...], e, por fim, livro de doutrina cristã, gramática, exemplares da constituição, cartazes com diferentes combinações de sílabas e [etc.] (BATISTA; GALVÃO, 2009, p. 13-4)

Entendo os diferentes suportes que podem constituir-se no Livro Didático, e que ao longo dos anos ele foi se articulando com diversos fatores intrínsecos às metodologias empregadas pelos professores na sua prática diária. Porém, o meu aporte teórico será baseado na autora Circe Bittencourt, onde no livro *Ensino de História Fundamentos e Métodos* a autora nos traz uma divisão bem delimitada do que seriam os diversos materiais didáticos. Como minha pesquisa utiliza esses manuais na contemporaneidade e seu suporte está fixado pelas normas do PNLD, não me ative a esclarecimentos profundos sobre os conceitos ao longo do tempo. Porém, compreendo o livro didático como objeto complexo que adquire diversos suportes.

A autora Circe Bittencourt divide estes materiais em duas categorias: os que ela denomina como “Suportes Informativos e Documentos”.

Para a autora “suportes informativos, correspondem a todo discurso com intenção de comunicar elementos do saber das disciplinas escolares” (BITTENCOURT, 2011, p. 296). Também dizem respeito a todos aqueles materiais que já no seu processo de criação são pensados diretamente para a escola como material pedagógico. Seu vocabulário obedece a uma linguagem própria que se ajusta a questões de idade, onde devem seguir uma conformidade pedagógica segundo os Parâmetros Curriculares Nacionais da Educação. Bittencourt diz que esses materiais fazem parte da indústria cultural e veem na escola seu principal mercado consumidor. Então, esses suportes informativos são: todas as publicações de livros didáticos e paradidáticos, atlas, dicionários, apostilas, cadernos, além das produções de vídeos, CDs, DVDs, assim como materiais de computador (CD-ROMs, jogos, etc.).

Já os “Documentos”, encaixam-se em outro grupo de materiais didáticos. Pertencem a todo o conjunto de signos, visuais ou textuais, que foram ou são produzidos em uma perspectiva que não a mesma dos saberes das disciplinas escolares, e foram posteriormente incorporados pelos professores com uma finalidade pedagógica em suas aulas.

Esses documentos não foram produzidos com intenção de pertencerem ao espaço escolar, porém, passaram a pertencer ao universo escolar pelo fenômeno da resignificação. Seu objetivo era de atingir um público mais amplo e diversificado, porém acabou sendo inserido nas atividades escolares.

Então o que seriam esses “Documentos”? Eles não são produzidos necessariamente pela indústria cultural e comportam aqueles suportes como disse acima que não tem como destino específico à escola. “São contos, lendas, filmes de ficção ou documentários televisivos, músicas, poemas, pinturas, artigos de jornal ou revistas, leis, cartas, romances”

etc., toda sorte de documentos produzidos para um público mais amplo e incorporado pelo professor a suas aulas (BITTENCOURT, 2011, p. 297).

O conceito de livro didático utilizado neste artigo baseia-se nas normas do PNLD e segundo a conceituação da autora (BITTENCOURT, 2011). A pesquisa está inserida em um período no qual os livros devem estar articulados a um padrão de suporte para serem aceitos pelo programa do livro didático, sendo assim nosso suporte será preferencialmente o que a autora Bittencourt chama de “suportes informativos”.

As pesquisas sobre o livro didático começam a surgir timidamente a partir da Escola dos Annales, ou melhor, da terceira geração dos Annales, onde o conceito de fonte é ampliado e esses temas que ficavam na marginalidade das pesquisas começam, mesmo que timidamente, a aparecer. Os estudos sobre o livro didático surgem junto com a história do livro e da leitura. Não seria diferente com os estudos de gênero e história das mulheres, que nesta mesma fase passa-se a incorporar as pesquisas históricas.

As Mulheres e a História das Lutas

As mulheres tiveram na história um espaço à parte dos homens e permeiam a história como se não tivessem existido, sofrendo desde a modernidade o fenômeno de invisibilidade. Assim, a autora (SCOTT, 1995) nos diz que gênero é utilizado para nos indicar que qualquer informação sobre as mulheres, é necessariamente uma informação, também, sobre os homens, “um implica no estudo do outro”. O mundo da mulher faz parte do mundo do homem, ao estudar um estamos estudando o outro. A partir desse pressuposto queremos identificar nos livros didáticos como através das imagens e dos conteúdos percebemos as relações de gênero.

Portanto, fazem parte do alargamento das fontes e objetos de pesquisa as lutas dos movimentos sociais, no nosso caso de estudo, o movimento feminista, que nos anos 1960 através das suas pautas também contribuíram para que esses temas comessem não só a serem discutidos na sociedade, como dentro das Universidades refletindo então em dispositivos como os livros didáticos.

Os manuais didáticos representam um modelo de sociedade, um modelo de história, ele molda, ele fabrica conjunturas e verdades, versões sobre o passado e sobre os homens e mulheres das sociedades neles apresentadas. Portanto, este trabalho tem como objetivo fazer uma análise crítica sobre esses manuais, a ponto de identificar o lugar que está delegado ao feminino nesse dispositivo que entra pela “porta da frente nas Escolas”. Dito isso, perceber as

relações de gênero no livro didático pode nos dizer muito mais de nossa sociedade atual do que das próprias relações no período medieval. Conforme Choppin:

“Conclui-se que a imagem da sociedade apresentada pelos livros didáticos corresponde a uma reconstrução que obedece a motivações diversas, segundo época e local, e possui como característica comum apresentara sociedade mais do modo como aqueles que, em seu sentido amplo, conceberam o Livro Didático como gostariam de que ela fosse, do que ela realmente é. Os autores de livros didáticos não são simples espectadores de seu tempo: eles reivindicam um outro status, o agente. O livro didático não é um simples espelho: ele modifica a realidade para educar as novas gerações, fornecendo uma imagem deformada, esquematizada, modelada, frequentemente de forma favorável: as ações contrárias à moral são quase sempre punidas exemplarmente; os conflitos sociais, os atos delituosos ou a violência cotidiana são sistematicamente silenciados” (CHOPPIN, 2004, p. 557).

Diante disto, nossa intenção é dar visibilidade ao invisível, buscando os não ditos destes manuais. Assim, para pensar o universo feminino na produção do livro didático não podemos deixar de rastrear os começos infundáveis da história das mulheres. Farei uma breve contextualização dos acontecimentos protagonizados pelas mulheres no que se refere aos espaços de lutas e suas reivindicações no que compreende o final do século XIX até o auge das lutas feministas nos anos 1960 e 1970.

Foi então a partir das lutas feministas que propunham a resistência e busca por direitos, que, passamos a perceber uma flexibilidade pequena, mas substancial para com a realidade vigente das mulheres em sociedade. Nesse fervor de lutas seus direitos passam a ser ampliados. Em um primeiro momento no sentido das mulheres obterem o direito de votar e serem votadas, logo em seguida abrangendo seu amplo “leque” de luta, e passam a adentrarem a todos os espaços da sociedade.

Partindo deste princípio entendo que os movimentos sociais foram de extrema importância para que as condições de invisibilidade não só em sociedade, como através até mesmo de mecanismos ideológicos como o próprio livro didático tivessem mudanças reais.

A luta das mulheres foi e tem transformando mesmo que a “doses” pequenas o contexto diário destas, assim a partir da tomada de consciência e busca por seus direitos pode-se garantir parte de algumas demandas substanciais. Além disso, “o desenvolvimento de [novos campos do saber] tais como a história das mentalidades e a história cultural reforça o avanço na abordagem do feminino” (SOIHET; PEDRO, 2007, p. 285). Por conta disso, passa-se a estudar um pouco mais não só o cotidiano dessas mulheres, como também cria-se um espaço de luta através da militância de muitos intelectuais do próprio movimento feminista.

Submetidas à invisibilidade social na história, as mulheres por longos séculos estiveram sempre à sombra dos homens e quando apareciam era de forma tímida ou quando

em posições privilegiadas como no caso da nobreza, quando se tratava das rainhas. Mulheres estas que pertenciam à nobreza e, sobretudo, na maior parte das vezes estavam ali para enaltecer e afirmar ainda mais a posse e o poder que o sexo masculino tinha sobre elas. Porém, a partir do final do século XIX com as frentes de lutas feministas e na segunda metade do século XX com a nova Escola Cultural Francesa, pode-se então ampliar o rol de estudos onde as mulheres passam a fazer parte das pesquisas e suas histórias emergem frente a esses períodos de escuridão e misoginia. Sobretudo, por que, a própria escrita da História sempre, ou quase sempre, foi feita pelos homens.

Assim, para que possamos entender um pouco dessa retomada vejamos o processo de luta das mulheres ao longo da história. Os movimentos sociais feministas na sua origem podem ser divididos em “ondas” para melhor pensar sua história. O feminismo de “primeira onda” *teve* seu início no final do século XIX, tinha como objetivo conquistar direitos políticos, como a possibilidade de votar e de serem eleitas. Além disso, reivindicavam trabalho remunerado, estudo, propriedade e herança (PEDRO, 2005).

Já no que tange ao feminismo de “segunda onda” que ocorreu depois da Segunda Guerra Mundial, tinha-se como reivindicação às lutas pelo direito do corpo, ao prazer e contra o patriarcado – que se constituiu no poder dos homens sobre as mulheres no período em questão – assim, a palavra de ordem entoada pelas feministas era “o privado também é político”. Então, foi justamente, na “segunda onda” que a categoria gênero foi criada, a ponto de não mais explicar as relações homem/mulher através do determinismo biológico e, sim, pensado e articulado com a cultura. Porém, a palavra *gênero* ainda não é utilizada nessa “segunda onda” era só o sentido representado e contido na nomenclatura, assim palavra utilizada pelas feministas no que tange a oposição ao “Homem” era “Mulher” (Idem).

Por fim, e não menos importante, a “terceira onda” foi uma espécie de reformulação e análise interna do próprio movimento feminista, pois já não se podia explicar as mulheres com as mesmas especificidades. Assim, a partir da década de 1990 entendeu-se que as mulheres além de sua condição inferior referente ao *gênero/sexo*, ainda carregavam marcas da “etnia” e da “classe social”, por isso, novas análises e discussões se deram nesse âmbito (Idem).

No Brasil os movimentos se deram de forma muito fragmentada, com múltiplas manifestações, objetivos e pretensões bem distintas. A sua história, desde os primeiros momentos, mas, mais ainda no que tange principalmente pós anos 1960, quando de seu pico, foi pautada por esta multiplicidade (PINTO, 2003).

O feminismo no Brasil foi construído a partir das demandas e peculiaridades do país. Não foi algo importado e que renegou as contradições e lutas presentes no Brasil. Desde o seu início o movimento feminista brasileiro encontrou-se em manifestações que se remetem a um campo de luta muito particular.

E o campo da educação não ficaria alheio a estas mudanças. As discussões foram de extrema importância para que aos poucos pudéssemos observar as inserções dessas questões na sociedade e no próprio livro didático mesmo que timidamente.

Os livros didáticos através de um olhar das relações de gênero

Como já foi abordado anteriormente vamos nos deter ao Livro Didático (LD) como fonte e objeto de pesquisa. Nossa metodologia de análise partiu da seguinte seleção de livros: *Saber e Fazer História; História Geral: Antiga e Medieval; História Memória Viva: da Pré-História a Idade Média; Projeto Araribá: história e História Geral e do Brasil*, foram os títulos pesquisados para elaborar as reflexões deste trabalho.

Nossa pesquisa se concentrou nos livros do Laboratório de Ensino de História da Universidade Federal de Pelotas (LEH) e do meu acervo pessoal. O trabalho foi realizado em quatro etapas. O primeiro momento foi de reconhecimento do acervo no arquivo do laboratório (LEH), o segundo foi de escolha desses livros, o terceiro foi à análise dessas fontes quantitativamente e a quarta e última etapa, e nem por isso, menos importante foi a análise desses LDs entre conteúdos e imagens. Resumindo a análise qualitativa da pesquisa.

Nosso primeiro movimento de reconhecimento dos livros abarcou-os como um todo. No entanto, nos dedicamos a duas abordagens quantitativas, uma no que diz respeito ao livro no seu todo e a outra no capítulo dedicado a análise qualitativa. O objetivo é identificar quantas imagens apareciam na obra toda e no capítulo no que se refere ao feminino e as relações de gênero, e, quantos box são apresentados ao longo dos capítulos. Esse trabalho foi feito em todos os livros analisados, vejamos a tabela abaixo, onde estão divididos os livros e seus resultados.

Tabela 1. (Dados dos livros no todo).

Livro Didático	Ano/ Editora	Nº de Páginas	Imagem	Box
Nº-1	1996/ Scipione	152	14	00
Nº-2	1991/ Saraiva	158	9	1
Nº-3	2007/ Moderna	248	40	6

Nº-4	2013/ Scipione	344	21	4
Nº-5	1999/ Saraiva	160	27	1

Através do levantamento dos dados percebemos que os livros com datação mais atuais são os que contem mais número de páginas, de imagens e box. Os livros mais antigos comprovam o que a nossa bibliografia vem explicitando frente ao avanço dos LDs nos últimos anos. Esses livros antigos além de conterem poucas imagens e em alguns casos nenhum box, são muito resumidos, com papel de pouca qualidade e uma produção gráfica bem simples. Porém, um detalhe interessante que percebi foi o grande número de mapas que possuem os capítulos.

Vamos observar os mesmos dados só que agora nos capítulos que serão destinados a análise qualitativa. No livro todo, os dados já são escassos, quando nos dedicamos a recortar mais nosso foco de pesquisa dentro do livro didático esses dados se tornam ainda mais escassos.

Tabela 2. (Dados dos livros no que compreende os capítulos de História Medieval).

Livro Didático	Ano/ Editora	Nº de Páginas	Imagem	Box
Nº-1	1996/ Scipione	152	4	00
Nº-2	1991/ Saraiva	158	4	1
Nº-3	2007/ Moderna	248	3	2
Nº-4	2013/ Scipione	344	4	1
Nº-5	1999/ Saraiva	160		1

Logo, o que nos é visível com os dados dos capítulos específicos, é que os números independentemente das obras mais antigas ou das mais novas não oscilam, muito pelo contrário, eles se mantêm. Diferentemente do que acontece com a obra no todo.

Percebendo isso, nosso foco agora será problematizar esses dados e confrontá-los com o interior dos capítulos destinados ao nosso problema de pesquisa.

Em todos os livros analisados o espaço para o feminino e suas relações de gênero é extremamente reduzido. Os textos quase não mencionam as mulheres e sua relação em sociedade, quando mencionam e de forma breve e pontual.

É difícil encontrar livros que deleguem um espaço dentro do corpo do texto para mostrar que as mulheres fizeram parte da sociedade medieval, e, que também foram sujeitos da história. Quando são referenciadas nesses textos estão em caixas box, e de uma forma tímida, pouco aprofundada e na grande parte das vezes estão ligadas sempre a mesma

temática. Mesmo quando trocamos de livros percebemos o feminino sempre ou quase sempre ligado a virgem, ao casamento, a heroína, e, em alguns casos, estão associadas à arte, onde aparecem representadas em quadros ou esculturas.

Outro detalhe interessante é que essas mulheres raramente estão sozinhas nas imagens, aparecem sempre acompanhadas de seus esposos, pais ou irmãos. No entanto, quando estão sozinhas é na forma da Virgem Maria ou em obras de arte como a da Mona Lisa e etc.

As rainhas e as heroínas são os modelos mais frequentes dos editores de livros didáticos, dificilmente não aparecem. Mas uma das mulheres mais representadas nos livros que tenho observado empiricamente é Joana D'Arc. Ela está em boa parte deles. Reparei essa mulher como heroína e herética, uma dicotomia constante. Percebi que está ligada a duas coisas muito presentes no período medieval, à religião e à guerra. Essas mulheres que estão representadas nos livros estão sempre ligadas a uma ordem da sociedade muito maior do que elas representam na realidade. Quando heroína tem um perfil masculino, pois está vestida e se comportando como homem. Quanto herética e punida, está servindo de exemplo aos fiéis cristãos. Vejam bem, que as mulheres aparecem sempre em segundo plano, nunca estão como protagonistas da história.

As imagens femininas que aparecem nos capítulos e unidades estudadas são raras como já foi mencionado anteriormente. Mas o mais grave é que essas figuras iconográficas dialogam pouquíssimo com o texto, assim como a caixa box. Ficou evidente o seu papel de adorno dentro do texto, pois na maioria dos livros analisados as imagens contidas estavam ali assim como o box, como forma de enxerto dos textos.

A imagem é um texto sem palavras, é um material pedagógico de extrema importância para se trabalhar em sala de aula. Assim como outros materiais didáticos ela aproxima do estudante realidades que eles não viveram. Deixa próximo o período que comporta a história recuada ao tempo presente ou coisas e lugares que eles jamais terão acesso ao longo de suas vidas (NAPOLITANO, 2003). Por isso, a importância delas estarem “amarradas” ao texto, mais que simples adornos ao projeto gráfico do livro, é uma ferramenta de ensino e, logo, um objeto complexo. Circe Bittencourt nos diz que “atualmente as obras didáticas estão repletas de ilustrações que parecem concorrer, em busca de espaço, com o texto escrito” (2013, p. 69). Porém essas imagens pouco ou quase nada são problematizadas, isto foi constatado através desta pesquisa.

Estão expressos no Guia do Livro Didático de 2015, os seguintes critérios aos quais os avaliadores devem perceber este material. As obras que não respeitarem estas abordagens são

eliminadas do processo, estes critérios elencados no quadro abaixo submetem os manuais ao crivo dos avaliadores segundo o requerido pelo PNLD:

Quadro 1:

Avaliação das imagens (projeto gráfico do Livro Didático). Segundo o Guia do Livro Didático 2015, PNLD 2014.	
Critério 38.	As imagens devem: - ser claras e precisas, adequadas às finalidades para as quais foram elaboradas; - retratar adequadamente a diversidade étnica da população brasileira, a pluralidade social e cultural do país (p. 135).
Critério 39.	Quando, de caráter científico, respeitar as proporções reais dos objetos e seres representados, a identificação e as formas de acesso a esse material: - no caso de gráficos e tabelas, apresentar títulos, fontes e datas; - no caso de mapas e outras representações gráficas do espaço, devem apresentar legendas, escala, coordenadas e orientações em conformidade com as convenções cartográficas (p.136).
Critério 40.	Disponibilidade das informações necessárias à leitura e entendimento de imagens, gráficos, tabelas, mapas e infográficos: - estar acompanhadas dos respectivos créditos e da clara identificação da localização das fontes ou dos acervos de onde foram reproduzidas (idem).

Porém, entendemos os limites do livro didático enquanto uma “mercadoria” que obedece a critérios de mercado como, por exemplo, os próprios direitos autorais das imagens. Assim, como o aparato ideológico e técnico que está contido no processo de criação do LD (BITTENCOR, 2011, p. 73). Os critérios observados no quadro acima, formulados através das obrigatoriedades do “Guia do Livro Didático”, nos parece de extrema relevância e de inserção inquestionável.

Além disso, também entendemos a importância do professor, pois cabe a este na maioria das vezes a escolha do material utilizado nas suas aulas e não seria diferente com o LD. A escolha do livro é um ato político, pois sabemos o tão complexo que é essa ferramenta de trabalho que esteve e ainda está extremamente presente na vida de professores e educandos. Seja como forma de montar seu cronograma de aula ou de aproximação do

conhecimento mais abstrato, o livro de classe sempre ou quase sempre esteve vinculado as aulas de história.

Circe Bittencourt traz em seu texto “Livros Didáticos Entre textos e Imagens” (2013) a colaboração das reflexões do historiador Ernest Lavissee no que se refere às imagens. Este autor de inúmeras obras didáticas na França, em suas contribuições sobre o tema, nos diz que a imagem serve para o aluno “ver as cenas históricas”, e que este era o objetivo principal que as justificava, ele também diz que quanto maior o número de imagens melhor será a contribuição para o aprendizado,

[...] pois as ilustrações concretizam a noção altamente abstrata de tempo histórico, ainda diz que as gravuras serviam para facilitar a memorização dos conteúdos. Nesse sentido, as vinhetas ou legendas explicativas, colocadas abaixo de cada ilustração, indicavam o que o aluno deveria observar e reforçava a ideia contida no texto. (LAVISSEE *apud*: BITTENCOURT, 2013, p. 75)

Na grande maioria dos Livros Didáticos que observei ao longo da pesquisa, e os que pude ter acesso através dos meus estágios nas escolas públicas, não percebi uma preocupação em integrar imagem-texto, salvo alguns exemplares atuais é raro identificarmos esta estrutura do livro como tão importante quanto o texto escrito. Os livros didáticos são feitos por muitas “mãos especializadas”, vários sujeitos estão envolvidos nesse processo, isso por si só já faz com que o autor perca um pouco da autonomia sobre o texto. Quanto às imagens muitas vezes nem mesmo é o autor que faz a seleção. Como nos diz Roger Chartier (2002), autores não fazem livros e, sim, os editores, autores escrevem textos. Por isso, perceber o LD como uma mercadoria sujeita as alterações de mercado, é importante para que não se faça análises precipitadas, assim como entender o papel do autor dentro dessa produção pode nos prevenir de conclusões levianas.

Por fim, chegamos à conclusão da extrema importância do professor como mediador no manuseio do livro em aula. Junto com todas as etapas pela qual passam os livros didáticos até que estes cheguem ao seu verdadeiro destino que é a mão do educando e de seus professores, esse objeto sofre inúmeras intervenções, muitas vezes proporcionando resultados finais díspares das propostas pedagógicas das escolas, ou até mesmo contendo sérios problemas.

Ademais, sabemos que os livros passam pelo crivo de avaliadores do PNLD, mas isso não nos garante que todos os descompassos contidos neles possam ser resolvidos. Problemas pontuais como distanciamentos culturais, sociais e políticos são recorrentes nos manuais.

Portanto, não esqueçamos que os livros são portadores de uma ideologia, seja ela do Estado, pois desde a sua aparição estão ligados às políticas governamentais, ou até mesmo a

própria ideologia dos produtores desse material. Como produto da indústria cultural o LD diz muito mais sobre o modelo que as sociedades devem ser, do que como ela realmente é. Ele expressa signos de seu tempo, por isso, devemos olhá-lo à luz de sua contemporaneidade, para que não ocorram distorções anacrônicas (BATISTA; GALVÃO, 2009).

Acreditamos que já tenha ficado clara a complexa ferramenta que o livro de classe se constitui. Perceber as relações de gênero dentro deste é importante, pois permite através das rupturas e “avanços” que a história vem sofrendo que seja possível ao professor tratar de assuntos tão delicados, como preconceitos étnicos, raciais, xenofobia, gênero, sexualidade. São questões de extrema importância e que estão intrincadas nas relações sociais, logo estão presentes dentro da escola e dos seus materiais didáticos. Portanto, é papel do professor, saber, transformar os silêncios ou as distorções, como o preconceito e a discriminação em um suporte didático, para mostrar para o seu educando as contradições sociais e históricas de produção das diferenças sociais.

Conclusão

Ao longo da pesquisa vimos ainda o quanto assuntos como gênero e Histórias das Mulheres se tornou algo silenciado nos materiais didáticos e não só neles, na literatura em geral. No entanto, nos parece talvez que a expressão certa não seja tornou-se, e sim é como se dá o silenciamento ao longo da História. As relações de gênero nos mostram que o feminino está contido no masculino e vice-versa, que ao estudar um estamos estudando o outro (SCOTT, 1995). Porém, a literatura escolar muito tem a revisar seus livros, até que estas relações mostrem as omissões da história. Séculos e séculos de invisibilidades e silenciamentos para com as mulheres.

Os livros pesquisados não fizeram nada além de citar as mulheres em alguma parte brevemente, quando dedicaram alguns parágrafos foi em caixa box, deslocada do corpo do texto, ou através de imagem enxertada do lado do texto, sem fazer relação sequer com o feminino de forma coerente.

Essa relação do feminino em sociedade raramente aparece nos livros didáticos, quando aparecem é para mostrar a mulher como, boa mãe e esposa, no mundo do trabalho, no máximo como tecelã, como religiosa dedicada e casta e em alguns momentos como educadora de uma parcela de infantes mal-educados que deveriam se doutrinar através do galanteio da dama, segundo as regras do romance de cavalaria ou pelas normas do amor cortês. Vejamos que nada muito além aparece sobre as mulheres, quando atingem um pseudo protagonismo

estão ligadas à arte ou à religião, sempre cercadas pelo homem único “protagonista da história”.

O Ensino de História nesse contexto torna-se importante para que possamos refletir sobre essas questões na produção do LD à luz dos tempos históricos, mas, não só através dele, porém, não se limitando apenas ao LD, indo além dele, compreendendo os vários materiais didáticos elencados ao longo deste artigo. Entender os distanciamentos e aproximações que comportam todos os sujeitos que interferem no desenrolar da vida na escola e de seus materiais de ensino, fazem-se de extrema importância a partir do momento que entendemos que não são neutros, logo carregam inúmeros juízos de valores, ideologias, representações, preconceitos e projetos de sociedade.

Fontes

COTRIM, Gilberto. **Saber e Fazer História**. São Paulo: Saraiva, 1999.

_____; ALENCAR, Álvaro Duarte de. **História Geral: Antiga e Medieval**. ed. 11ª. São Paulo: Saraiva, 1991.

VICENTINO, Cláudio. **História Memória Viva: da Pré-História a Idade Média**. ed. 5ª. São Paulo: Scipione, 1996.

OBRA COLETIVA. **Projeto Araribá: história**. ed. 2ª. São Paulo: Moderna, 2007.

DORIGO, Gianpaolo; VICENTINO, Cláudio. **História Geral e do Brasil**. ed. 2ª. São Paulo: Scipione, 2013.

Guia do Livro Didático: PNLD 2012: História, 2011. Acessado em: 16/10/14 às 18h45min.

Guia do Livro Didático: PNLD 2015: História, 2014. Acessado em: 16/10/14 às 18h45min.

(PLANO) NACIONAL DO LIVRO DIDÁTICO PNLD. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?Itemid=66&id=12391&option=com_content&view=article >. Último acesso: 01/02/2014.

LEI DE DIRETRIZES E BASES Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Último acesso: 10/09/2014.

Referências

BATISTA, Antônio Augusto Gomes; GALVÃO, Ana Maria de Oliveira. **Livros Escolares de Leitura no Brasil: elementos para uma história.** Campinas, SP: Mercado de Letras, 2009.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de História: fundamentos e métodos.** 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

_____. **Livros Didáticos Entre Textos e Imagens.** In: BITTENCOURT, Circ. **O Saber Histórico na Sala de Aula.** 12ª. ed. São Paul: Contexto, 2013.

_____. **Autores e Editores de Compêndios e Livros de Leitura (1810-1910).** In: **Educação e Pesquisa.** São Paulo, v. 30, n. 3, p. 475-491, set/dez. 2004.

CASSIANO, Célia Cristina de Figueiredo. **Aspectos Políticos e Econômicos da Circulação do Livro Didático de História e Suas Implicações Curriculares.** In: **História.** São Paulo, n.23, p. 33-48, 2004.

_____. **Reconfiguração do Mercado Editorial Brasileiro de Livros Didáticos no Início do Século XXI: história das principais editoras e suas práticas comerciais.** In: *Em Questão.* Porto Alegre, SP, v.11, n. 2, p. 281-312, jul/dez. 2005.

_____. **O Mercado do Livro Didático no Brasil do Século XXI: entrada do capital espanhol na educação nacional.** São Paulo: Editora Unesp, 2013.

CHARTIER, Roger. **A história cultural. Entre práticas e representações.** Lisboa: DIFEL, 2ª Edição, 2002.

CHOPPIN, Alan. **História dos Livros e das edições didáticas: sobre o estado da arte.** In: **Educação e Pesquisa.** São Paulo, v.30, n. 3, p. 549-566, set/dez. 2004.

MATOS, Júlia Silveira. **Os Livros Didáticos como Produtos para o Ensino de História: uma análise do plano nacional do Livro Didático – PNLD.** In: **Historiae.** Rio Grande, RS, n. 3, p. 165-184, 2012.

MUNAKATA, Kasumi. **O Livro Didático: alguns temas de pesquisa.** In: **Ver. Bras. Hist. Educ.** Campinas, SP, v. 12, n. 3, p. 179-197, set/dez. 2012.

PEDRO, Joana Maria. **Traduzindo o Debate: o Uso da Categoria Gênero na Pesquisa Histórica.** In: **História.** São Paulo, v. 24, p.77-98, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/his/v24n1/a04v24n1>. Último acesso: 04/02/2014.

_____. SOIHET, Rachel. **A Emergência da Pesquisa da História das Mulheres e das Relações de Gênero.** In: **Revista Brasileira de História.** São Paulo, v. 27, nº 54, p. 281-300, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbh/v27n54/a15v2754.pdf>. Último acesso: 04/02/2014.

PERROT, Michelle. **Os Excluídos da História: Operários, mulheres e prisioneiros.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Uma História do Feminismo no Brasil**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003.

Obras Consultadas

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. **História das Mulheres: A Idade Média**. Porto. Ed. 476. Afrontamento, 1990.

LOURO, Guacira Lopes. **Corpo, Gênero e Sexualidade: Uma perspectiva pós estruturalista**. 9ª. ed. Petrópolis, RS: Editora Vozes, 2007.

MACEDO, José Rivair. **A mulher na Idade Média**. 5º. ed. São Paulo: Editora Contexto, 2002.

SOUZA, Renato João de; PIRES, João Ricardo Ferreira. **Os Desafios do Ensino de História no Brasil**. In: **Professores em Formação ISEC/ISED**. nº 1, 2010.

_____. **Minha História das Mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

LEVATTI, Giovanna Eleutério. **Um breve olhar acerca do Movimento Feminista**. Disponível em: http://www.ufscar.br/cis/wp-content/uploads/Um-Breve-Olhar-acerca-do-Movimento-Feminista_Giovanna-Levatti.pdf. Último acesso: 05/02/2014.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. 17ª. ed. Rio de Janeiro: Editora Graal, 2002.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, Patriarcado, Violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.